

CALL FOR PAPERS (CHAMADA PARA ARTIGOS) LIVRO: DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA: COOPERAÇÃO E DESAFIOS

Angola tem vindo a participar activamente nos desafios do continente Africano em que se insere. Depois de um processo de descolonização e pacificação, o país encontra-se a consolidar e reforçar as suas instituições democráticas. Do ponto de vista jurídico, Angola empreendeu várias reformas constitucionais e alterações legislativas importantes para o fortalecimento dos Direitos Humanos. A Constituição da República de Angola (2010) prevê a dignidade da pessoa humana; a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de coexistência pacífica, igualdade e de progresso social. Essas componentes asseguram os direitos e liberdades fundamentais e garantem os direitos e deveres individuais e colectivos, incluindo direitos civis e políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais. Nesta óptica, Angola vai assumindo um protagonismo crescente no continente Africano e na comunidade internacional procurando desenvolver uma cultura para o respeito dos Direitos Humanos de acordo com as suas obrigações em múltiplos tratados dos quais faz parte.

Recentemente, Angola aprovou a **Estratégia Nacional dos Direitos Humanos**. O objectivo central da Estratégia é conquistar a maioria em Direitos Humanos, que consiste na capacidade endógena de Angola para defender e proteger os Direitos Humanos envolvendo os Comités Locais de Direitos Humanos ao nível do todo o País e elevando os Direitos Humanos como matéria de Segurança Nacional, mediante a intervenção do Conselho de Segurança Nacional na avaliação periódica do estado dos Direitos Humanos no País com base nos relatórios dos Comités Locais de Direitos Humanos.

A Estratégia Nacional assenta na Constituição da República de Angola e nos Instrumentos Jurídicos Internacionais de Direitos Humanos de que Angola é Estado Parte.

No âmbito da **cooperação bilateral em Direitos Humanos entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e a Embaixada do Reino da Noruega** em Angola pretende-se publicar um livro de artigos que visa apresentar a Estratégia Nacional de Direitos Humanos e consolidar o trabalho e temas desenvolvidos durante a segunda fase do projecto “Educação Para Uma Cultura de Direitos Humanos em Angola” (2018-2021). O projecto baseia-se num quadro interactivo e complementar de três pilares: *Educação e Formação; Investigação e Desenvolvimento de Capacidades e Competências*.

A edição do livro será feita por uma equipa de editores constituída entre os técnicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (com a magnífica participação de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Queiroz) e pela equipa do The Governance Group (TGG). Os autores que farão parte deste compêndio estão relacionados com as actividades do projecto, ou seja, os participantes directos das acções do projecto.

❖ **REQUISITOS E PRAZO DO CALL FOR PAPERS:**

- Os interessados terão o prazo até **25 de Setembro de 2020** para apresentar um resumo do artigo;
- A temática deve estar relacionada com os Direitos Humanos;
- Os autores devem ter alguma relação com o projecto (ODC, Midia course, académicos participantes em alguma fase de projecto, mestrandos).
- **Envio das propostas para o mail:** dndh.mjdh.angola@gmail.com
- Após recepção dos resumos, a equipa de editores irá fazer a selecção dos artigos que serão publicados no livro, que submeterão à direcção da DNDH-MJDH e TGG para validação.

❖ **ENTREGA DOS TRABALHOS (ARTIGOS):**

- A data de entrega dos trabalhos finais será acordada com os autores eleitos.

❖ **INSTRUÇÕES A SEREM SEGUIDAS:**

1. Informações Gerais

Todos os artigos devem ser escritos em português. A fonte principal deve ser *Times New Roman*, com um tamanho nominal de 12 pontos. Os números de página devem ser suprimidos. Os artigos completos devem respeitar um mínimo de **4000 e um máximo de 8000 palavras** incluindo notas de rodapé, citações e bibliografia.

2. Primeira Página

A primeira página deve indicar o título do artigo, o nome e o endereço dos autore(s), o “resumo” em português. O título deve ser centrado sobre a página, em fonte estilo negrito de 16 pontos. Os nomes dos autores devem ser centrados, em fonte de 12 pontos, negrito, todos dispostos na mesma linha, separada por vírgulas e com 12 pontos do espaço após o título. Os endereços devem ser centrados em fonte 12 pontos, também com 12 pontos do espaço após os nomes dos autores. Os endereços do *e-mail* devem ser escritos usando o tamanho nominal de 10 pontos.

4. Secções e parágrafos

Os títulos das secções e subsecções devem estar em negrito, 12pt, alinhado à esquerda. A numeração das secção e subsecções é nominal.

5. Figuras e legendas

As legendas de figuras e de tabelas devem ser centradas e legendados como figura 1, ou tabela 1 conforme o caso e assim sucessivamente. A fonte do subtítulo deve ser Times New Roman, 10 pontos, negrito, com 6 pontos de espaço antes e depois cada subtítulo.

6. Imagens

Todas as imagens e ilustrações devem ter definição da imagem de aproximadamente 600 dpi para imagens preto e branco, e 150-300 dpi para imagens em tons de cinza.

7. Citações e referências bibliográficas (estilo APA)

O autor do texto deve fazer as devidas citações quando extraiu a informação de outra fonte ou documento de modo a dar crédito ao autor da ideia. **Todas as citações devem ser feitas em nota de rodapé.** As referências bibliográficas devem ser uniformes e colocadas no final do artigo de acordo com as mesmas orientações das citações.

Exemplos:

➤ **Autor, (ano), título do livro, editora, lugar de edição.**

▪ **Citação de Livro ou um Relatório**

Victor, A & Hostmaelingen, N., (2017), *Direitos das Pessoas com Deficiência*, 1ª Edição, Edições Sílado, Lisboa.

Martins, A.G., (2017), *Direito Internacional dos Direitos Humanos: Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino Teórico e Prático*, 5ª Reimpressão, Edições Almedina, Coimbra, p.125

▪ **Citação de texto publicado na Internet**

Mazzuoli, Valério, (2016), Porque os direitos humanos são indivisíveis? Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2016/09/13/porque-os-direitos-humanos-sao-indivisiveis/>. Consultado em 15 de Março de 2020.

▪ **Artigo de revista (impresso)**

Apelido, A. A. (data), Título do artigo. Nome da revista. Volume (Número), pp-pp.

Newman, V. (13 de noviembre de 2010). *La información: ¿en la urna de cristal?*. Semana, (15), p. 10

▪ **Revista on-line**

Barbeitos, A., (2016), *A raça e o racismo: Algumas incidências sobre Angola*. Mulemba, Revista de Ciências Sociais 6 (12), pp. 13-50. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/603> Consultado em 10 de Abril de 2020

▪ **Relatório**

Nome da organização, (Ano), Título do Relatório, (número da publicação).

Ministério da Família e Promoção da Mulher, (2017), *Relatório analítico de género de Angola*.

AJDPD, (2017), *Angola: O sector da justiça, os direitos humanos e o Estado de Direito*.

▪ **Relatório on-line**

Nome da organização, (Ano), Título do Relatório, (número da publicação). Disponível, <http://www.xxxxxx.xxx>. Consultado em xx de xxxx de xxx.

UNICEF, (2019), **Relatório sobre o Sistema de Justiça para Crianças em Angola**. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/relatorios/relatorio-sobre-o-sistema-de-justica-para-criancas-em-angola>. Consultado em 5 de Maio de 2020.

CIERNDH, *Sétimo Relatório Periódico 2013-2017: Implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*. Disponível em: http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/files/VII_RELATORIO_CEDAW_ANGOLA.pdf. Consultado em 1 de Maio de 2020.

▪ **Citação de Legislação**

Constituição da República de Angola, 5 de Fevereiro de 2010.

Lei n.º 15/14 de 31 de Julho de 2014, Lei da Protecção dos Direitos de Autor e Conexos. Luanda: Imprensa Nacional.

Decreto Presidencial n.º 100/20 de 14 de Abril, Estratégia Nacional dos Direitos Humanos. Luanda: Imprensa Nacional.